



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA GOIANO

RESOLUÇÃO/CONSUP/IF GOIANO Nº 73 DE 22 DE OUTUBRO DE 2021

Aprova alterações no Projeto Pedagógico do Curso de Pós-graduação *Lato sensu* - Formação Pedagógica para a Educação Profissional, Científica e Tecnológica do Instituto Federal Goiano.

O CONSELHO SUPERIOR DO INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA GOIANO - IF Goiano, no uso de suas atribuições legais e, considerando:

- I – A Lei nº 11.892, de 28/12/2008;
- II – O Estatuto do IF Goiano;
- III – O Regimento Interno do Conselho Superior do IF Goiano;
- IV – O Parecer nº 03/2021/CACPEGI/Conselho Superior/ IF Goiano da Câmara Consultiva de Pesquisa, Pós-graduação e Inovação, nos autos do processo eletrônico nº 23216.001083.2021-67;

RESOLVE:

Art. 1º Aprovar, nos termos da Ata da V Reunião Ordinária/2021 do Conselho Superior do IF Goiano, alterações no Projeto Pedagógico do Curso de Pós-graduação *Lato sensu* - Formação Pedagógica para a Educação Profissional, Científica e Tecnológica do IF Goiano.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor nesta data.

(Assinado Eletronicamente)

Gilson Dourado da Silva

Reitor Substituto

Documento assinado eletronicamente por:

- **Gilson Dourado da Silva, REITOR - SUB-CHEFIA - IFGOIANO**, em 22/10/2021 16:47:49.

Este documento foi emitido pelo SUAP em 21/10/2021. Para comprovar sua autenticidade, faça a leitura do QRCode ao lado ou acesse <https://suap.ifgoiano.edu.br/autenticar-documento/> e forneça os dados abaixo:

Código Verificador: 321038

Código de Autenticação: 7fdddbf40c



INSTITUTO FEDERAL GOIANO

Reitoria

Rua 88, 310, Setor Sul, GOIANIA / GO, CEP 74.085-010

None

Documento Digitalizado Público

Resolução 73 de 22 de outubro de 2021

Assunto: Resolução 73 de 22 de outubro de 2021
Assinado por: Daniela Silva
Tipo do Documento: Resolução
Situação: Finalizado
Nível de Acesso: Público
Tipo do Conferência: Documento Original

Documento assinado eletronicamente por:

■ **Daniela Domingues da Silva, COORDENADOR - FG1 - CGABOC-REI**, em 25/10/2021 10:27:50.

Este documento foi armazenado no SUAP em 25/10/2021. Para comprovar sua integridade, faça a leitura do QRCode ao lado ou acesse <https://suap.ifgoiano.edu.br/verificar-documento-externo/> e forneça os dados abaixo:

Código Verificador: 273408

Código de Autenticação: 63cc979693



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA GOIANO
PRÓ-REITORIA DE ENSINO - PROEN

**PROJETO PEDAGÓGICO DE PÓS-GRADUAÇÃO LATO
*SENSU:***

**FORMAÇÃO PEDAGÓGICA PARA A EDUCAÇÃO
PROFISSIONAL, CIENTÍFICA E TECNOLÓGICA, DO
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E
TECNOLOGIA GOIANO**

CARGA HORÁRIA TOTAL: 390 horas

PRESIDENTE DA REPÚBLICA

Jair Messias Bolsonaro

MINISTRO DA EDUCAÇÃO

Milton Ribeiro

SECRETÁRIO DA EDUCAÇÃO PROFISSIONAL, E TECNOLÓGICA

Tomás Dias Sant'Ana

REITOR

Elias de Pádua Monteiro

PRÓ-REITOR DE PESQUISA, PÓS-GRADUAÇÃO E INOVAÇÃO

Alan Carlos da Costa

PRÓ-REITOR DE ENSINO

Virgílio José Távira Erthal

COORDENADORA DO CURSO

Vívian de Faria Caixeta Monteiro

APOIO PEDAGÓGICO

Simonia Peres da Silva

Marina Campos Nori Rodrigues

Miriã Nunes Porto Lima

SUMÁRIO

1 IDENTIFICAÇÃO DO CURSO.....	5
1.1 Instituição Proponente.....	5
1.2 Nome do curso	5
1.3 Área de Conhecimento Capes.....	5
1.4 Carga Horária Total do Curso.....	5
1.5 Forma de Oferta	5
1.6 Local de Oferta.	5
1.7 Reitor	5
1.8 Diretora do CERFOR do IF Goiano	5
1.8 Pró-Reitor de Ensino	5
1.9 Coordenadora do Curso	5
2 APRESENTAÇÃO	5
3 JUSTIFICATIVA DO CURSO	6
4 HISTÓRICO DO INSTITUTO FEDERAL GOIANO.....	7
5. OBJETIVOS	8
5.1 Objetivo geral	8
5.2 Objetivos específicos.....	8
6 PÚBLICO-ALVO	8
7 COMPETÊNCIAS E HABILIDADES DOS EGRESSOS.....	8
8 CONCEPÇÃO DO CURSO	9
8.1 Plano de Ensino	10
8.2 Da integração curricular e da EaD.....	11
9 ORGANIZAÇÃO CURRICULAR E CARGA HORÁRIA	12
10 PERÍODO DE INTEGRALIZAÇÃO.....	15
11 PERIODICIDADE	15
12 NÚMERO DE VAGAS.	15
13 REQUISITOS PARA O INGRESSO E INSCRIÇÃO.....	15
14 PERÍODO DE MATRÍCULA.	15
15 COMPONENTES CURRICULARES E EMENTAS.....	15
16 QUADRO DOCENTE E QUADRO DE APOIO TÉCNICO PEDAGÓGICO.....	27
17 COLEGIADO DE CURSO	28
18 METODOLOGIA DE ENSINO	28
19 INFRAESTRUTURA.....	28

20 CRITÉRIOS DE SELEÇÃO	29
21 FREQUÊNCIA E SISTEMA DE AVALIAÇÃO	29
22 TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO	29
23 CERTIFICAÇÃO	30
24 INDICADORES DE DESEMPENHO	31

1 IDENTIFICAÇÃO DO CURSO

1.1 Instituição Proponente: Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Goiano

1.2 Nome do curso: Especialização em Formação Pedagógica na Educação Profissional, Científica e Tecnológica do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Goiano

1.3 Área de Conhecimento Capes: 7.08.00.00.6 - Educação

1.4 Carga Horária Total do Curso: 390 horas

1.5 Forma de Oferta: À distância com a possibilidade de encontros presenciais

1.6 Local de Oferta: Campi Campos Belos, Catalão, Ceres, Cristalina, Hidrolândia, Ipameri, Iporá, Morrinhos, Posse, Rio Verde, Trindade e Urutaí.

1.7 Reitor: Elias de Pádua Monteiro

1.8 Diretora do Centro de Referência em Ensino e Formação em Rede – CERFOR: Joseany Rodrigues Cruz

1.8 Pró-Reitor de Ensino: Virgílio José Tavira Erthal

1.9 Coordenadora do Curso: Vívian de Faria Caixeta

2 APRESENTAÇÃO

Com objetivo de propiciar uma formação continuada para profissionais da educação, que tenham interesse na formação pedagógica para a Educação Profissional e Tecnológica (EPT), a fim de desenvolver conhecimentos, habilidades, atitudes e valores, visando à compreensão, ao planejamento e à implementação de novos projetos pertinentes às atividades de ensino, pesquisa, extensão e a gestão institucional, o **CERFOR** do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Goiano torna-se responsável pela gestão administrativa e pedagógica da oferta do curso de Pós-Graduação *Lato Sensu* Especialização em Formação Pedagógica à distância.

Nessa perspectiva, o **CERFOR** será responsável por compor o quadro de docentes e técnicos administrativos para execução do curso, por selecionar estudantes, por cadastrar os estudantes selecionados no sistema acadêmico e no Sistec e certificar, entre outras ações administrativas e pedagógicas de planejamento e execução do curso.

Já o Campus ofertante deverá ser responsável por certificar e providenciar a formação dos docentes da Pós-Graduação, antes e durante o curso, no tocante à utilização das ferramentas tecnológicas de um curso a distância.

Assim, este Projeto Pedagógico apresenta os pressupostos teóricos, metodológicos e didático-pedagógicos estruturantes para a referida Especialização no âmbito do IF Goiano, com vistas à melhoria na promoção da aprendizagem dos estudantes.

3 JUSTIFICATIVA DO CURSO

A formação pedagógica para a Educação Profissional e Tecnológica é um enorme desafio, especialmente num contexto de expansão, verticalização e interiorização, caracterizada por um quadro de profissionais da educação diversos, com formação pedagógica limitada. Além disso, visa colocar em prática os princípios educativos definidos no Plano de Desenvolvimento Institucional do IF Goiano, de romper com a dualidade entre teoria e prática, bem como garantir o trabalho coletivo e colaborativo de conteúdos da educação geral e profissional, o que requer formação pedagógica de profissionais da educação.

A Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, Lei nº 9394/96, artigo 62, garante que a formação continuada dos profissionais da educação se dará no local de trabalho ou em instituições de educação básica e superior, incluindo cursos de educação profissional, cursos superiores de graduação plena ou tecnológicos e de pós-graduação (BRASIL, 1996). Do mesmo modo, o Decreto nº 8752/2016, que institui a Política Nacional de Formação de Profissionais da Educação Básica, define que o atendimento às necessidades de formação continuada de profissionais do magistério dar-se-á pela oferta de cursos e atividades formativas por instituições públicas de educação, de acordo com os projetos das unidades escolares e das redes e sistemas de ensino (BRASIL, 2016).

Embora o IF Goiano tenha realizado diversas ações com o intuito de promover a formação continuada, o aumento do número de profissionais da educação e servidores no quadro de pessoal do IF Goiano, com pouca experiência profissional e formação pedagógica, é um dado a ser considerado nos cursos de formação pedagógica - sobretudo quando se pensa nas atuais mudanças relativas ao mundo do trabalho, à dinâmica tecnológica e de produção de conhecimentos, aos meios de comunicação e informação, à diversidade cultural, à sustentabilidade ambiental, às relações sociais, entre outros aspectos. Tais demandas afetam os objetivos escolares, os currículos, as formas de aprender dos estudantes e o exercício da docência, exigindo-se dos profissionais da educação, práticas pedagógicas que atuem eficazmente na qualidade dos processos de ensino-aprendizagem, com vistas à

formação e ao desenvolvimento integral dos estudantes.

Nesse contexto, o curso de Especialização em Formação Pedagógica na Educação Profissional e Tecnológica é um instrumento estratégico, que visa consolidar a cultura organizacional voltada para o desenvolvimento profissional e o aperfeiçoamento de profissionais da educação, para o alcance da melhoria e qualidade dos serviços públicos prestados aos cidadãos.

A definição pela modalidade à distância levou em conta a estrutura do IF Goiano, que é uma instituição multicampi e, portanto, tem um raio de atuação muito amplo, atendendo profissionais da educação de diferentes regiões do estado de Goiás. Ademais, essa metodologia pressupõe uma participação ativa dos estudantes e professores na construção do conhecimento mediado por tecnologias, podendo contribuir com o processo de formação continuada que se propõe neste projeto pedagógico.

4 HISTÓRICO DO INSTITUTO FEDERAL GOIANO

O Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Goiano, criado em 29 de dezembro de 2008, pela Lei nº 11.892 de 29 de dezembro de 2008, é fruto do rearranjo e da expansão da Rede Federal de Educação Profissional e Tecnológica iniciados em abril de 2005, juntamente com outros 37 Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia. O IF Goiano é uma Instituição de Educação Superior, Básica e Profissional, pluricurricular e multicampi, especializada na oferta de educação profissional e tecnológica nas diferentes modalidades de ensino, com base na conjugação de conhecimentos técnicos e tecnológicos com as suas práticas pedagógicas.

Resultado da junção dos antigos Centros Federais de Educação Tecnológica (CEFETs) de Rio Verde e Urutaí (juntamente com sua respectiva Unidade de Ensino Descentralizada de Morrinhos) e da Escola Agrotécnica Federal de Ceres (EAFCE), ambos provenientes das antigas Escolas Agrotécnicas Federais, o IF Goiano é uma autarquia federal detentora de autonomia administrativa, patrimonial, financeira, didático-pedagógica e disciplinar, equiparado às universidades federais.

No seu processo instituinte estão presentes na composição de sua estrutura organizacional: uma Reitoria localizada em Goiânia, o Centro Federal de Educação Tecnológica de Rio Verde, o Centro Federal de Educação Tecnológica de Urutaí, a Escola Agrotécnica Federal de Ceres e as Unidade de Educação Descentralizada de Morrinhos que, por força da Lei, passaram de forma automática, independentemente

de qualquer formalidade, à condição de *campus* da Instituição. Atualmente, o IF Goiano conta com os seguintes *campi*, localizados em diferentes regiões de Goiás: Campus Campos Belos, Campus Ceres, Campus Cristalina, Campus Iporá, Campus Morrinhos, Campus Posse, Campus Rio Verde, Campus Trindade, Campus Urutaí, os *campi* avançados, Catalão, Hidrolândia e Ipameri, o Polo de Inovação do IF Goiano - Campus Rio Verde e o **CERFOR** totalizando 15 (quinze) unidades, contando com a Reitoria.

5 OBJETIVOS

5.1 Objetivo geral

Propiciar formação pedagógica para profissionais da educação que não possuem a referida formação, a fim de desenvolver conhecimentos, habilidades, atitudes e valores pedagógicos, visando à compreensão, ao planejamento e à implementação de novos projetos pertinentes às atividades de ensino, pesquisa, extensão e gestão institucional na Educação Profissional e Tecnológica (EPT).

5.2 Objetivos específicos

- I. Contribuir para a implementação socialmente responsável de programas e projetos educacionais próprios para o público da EPT.
- II. Expor princípios, métodos e ferramentas que possibilitem o desenvolvimento de estratégias de planejamento, intervenção pedagógica e avaliação da EPT.
- III. Propor estratégias inovadoras de ensino e de aprendizagem na EPT.
- IV. Possibilitar a compreensão de que a EPT pode ser um instrumento de inclusão e democratização do acesso e ao êxito escolar e profissional.
- V. Compreender o conceito de trabalho como princípio educativo e integrador de currículos entre a EPT e a educação básica.
- VI. Conhecer a estrutura e o funcionamento da EPT no Brasil e no IF Goiano.
- VII. Favorecer a realização de pesquisa sobre a educação profissional com vistas à qualificação da prática pedagógica nas Instituições da Rede Federal de EPT.

6 PÚBLICO-ALVO

Profissionais da educação portadores de diploma de graduação em diversas áreas do conhecimento, desde que reconhecidos pelo Ministério da Educação (MEC).

7 COMPETÊNCIAS E HABILIDADES DOS EGRESSOS

O egresso do curso de Especialização em Formação Pedagógica na Educação Profissional, Científica e Tecnológica do IF Goiano deve apresentar como perfil profissional a capacidade de:

- I. Atuar em diferentes níveis e modalidades de ensino, instituindo espaços participativos na relação ensino e aprendizagem pautada pelo respeito mútuo, assim como pelo respeito à trajetória e aos saberes dos estudantes.
- II. Compreender a relação dos conhecimentos científicos e técnicos com o mundo do trabalho.
- III. Desenvolver ações que consolidem a indissociabilidade ensino, pesquisa e extensão.
- IV. Promover o processo educativo de caráter crítico-reflexivo com atitude orientada pela e para a responsabilidade social.
- V. Promover a integração entre a educação profissional e tecnológica e a educação básica, por meio dos eixos de verticalidade e horizontalidade.
- VI. Orientar o processo de ensino e de aprendizagem a partir da problematização e da mediação, visando à formação crítica, humanística e a competência técnica na área do conhecimento e de atuação profissional dos estudantes.
- VII. Compreender as possibilidades de uso das tecnologias educacionais como recursos didáticos para atualização do fazer pedagógico.

8 CONCEPÇÃO DO CURSO

Uma das premissas do curso de Pós-Graduação *Lato Sensu* em Formação Pedagógica na Educação Profissional, Científica e Tecnológica, do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Goiano é a interação de diferentes atores (docentes, técnicos administrativos, estudantes e coordenação de curso) no processo de construção do conhecimento, na perspectiva de autonomia frente aos conhecimentos tratados no decorrer do curso.

Nesse sentido, os conteúdos e metodologias apresentados na construção do conhecimento é prioritariamente integrado, ou seja, se articulam com o objetivo de mostrar que o conhecimento não pode ser entendido de forma fragmentada e que as diferentes áreas apresentam estreita ligação não apenas do ponto de vista do conteúdo, mas também, da sua aplicabilidade no cotidiano dos sujeitos envolvidos no processo ensino-aprendizagem.

Para concretizar a integração almejada entre as áreas do conhecimento e também entre a teoria e a prática profissional, os docentes podem dispor de tantas

ferramentas quantas forem corroborando para o desenvolvimento intelectual dos estudantes, mediante o exercício intenso e recorrente do debate, seja por meio de apresentações orais em auditório, seja por discussões mediadas pelas novas TICs, garantindo, quando possível, a participação da comunidade interna e externa à Instituição.

A Coordenação de Curso garantirá momentos presenciais e à distância para o planejamento coletivo com o objetivo de contribuir para elaboração e execução das metodologias de integração, bem como para promover o debate sobre os temas e a estrutura a serem adotados. Tendo isto posto, o plano de ensino dos componentes curriculares deverá ser o documento oficial para identificação e delineamento destas práticas e metodologias utilizadas para a realização da integração entre os componentes curriculares.

8.1 Plano de Ensino

O docente terá autonomia para desenvolver o plano de ensino por componente curricular, os requisitos estabelecidos pela coordenação do curso, as metodologias trabalhadas na preparação para EaD e os fundamentos e bases conceituais que envolvam a integração curricular, desde que respeitando as concepções educacionais do IF Goiano.

Além de conter a previsão e detalhamento das atividades de ensino e aprendizagem, o plano de ensino deve prever a utilização do Ambiente Virtual de Ensino-Aprendizagem (AVA). Todos os planos deverão ser entregues, de forma antecipada, no início dos componentes curriculares, conforme agendamento da Coordenação do Curso.

O plano de ensino por componente curricular será construído pelos docentes titulares, conforme modelo disponibilizado pela Coordenação de Curso e considerará demandas já levantadas em momentos anteriores por estudantes. Devem constar no plano de ensino de cada componente curricular, de forma clara e precisa, os objetivos, a ementa, a metodologia adotada, a forma de avaliação, o cronograma e, preponderantemente, as metodologias de integração a serem utilizadas, bem como a bibliografia básica e complementar. Tudo isso garantindo o conhecimento prévio dos estudantes a respeito das atividades que serão desenvolvidas nos componentes curriculares.

No item do plano de ensino, que trata sobre a metodologia abordada no componente curricular, o docente deverá estabelecer ações em duas categorias:

momentos à distância e momentos presenciais (caso haja), contemplando o movimento de integração em ambas categorias.

Outros documentos podem acompanhar o plano de ensino no AVA, conforme previstos no Regulamento de EaD do IF Goiano

8.2 Da integração curricular e da EaD

O curso será ofertado na modalidade à distância com a possibilidade de encontros presenciais, em consonância com os regulamentos próprios do IF Goiano, os quais deverão ser previstos em edital de seleção de cada turma, de forma integrada entre os componentes curriculares, por meio de discussões temáticas com os docentes, orientações, oficinas, avaliações de aprendizagem e elaboração e execução do Trabalho de Conclusão de Curso (TCC).

Através de ferramentas específicas desta modalidade de ensino esperamos que o estudante desenvolva habilidades de pensar, analisar, avaliar, questionar e criar. Para tanto, serão utilizados instrumentos e objetos de aprendizagem projetados para possibilitar a melhor interação dos estudantes com os docentes e, como consequência, com os conhecimentos multidisciplinares da Tecnologia de Informação e estrutura de apoio ao estudante. As linguagens escrita e audiovisual serão as ferramentas mais utilizadas para o diálogo ou a interação entre estudantes, docentes e apoio. Assim, para a operacionalização deste projeto pedagógico poderão ser utilizados:

- a) Textos e livro-texto: textos de apoio ao estudo, por componente curricular e organizados pelos responsáveis pela oferta do curso.
- b) Textos complementares: no decorrer do curso serão disponibilizados textos de apoio no Ambiente Virtual de Aprendizagem. Serão indicados artigos de periódicos especializados, artigos de revistas e jornais, obras clássicas, legislações, para contribuir com acervo de instrumentos para o aprofundamento dos conhecimentos e discussões.
- c) Ambiente Virtual de Aprendizagem (AVA): para comunicação entre os sujeitos e a disponibilização de materiais necessários ao desenvolvimento dos componentes curriculares e TCC, o qual conta com um sistema de gerenciamento que permite a identificação dos usuários, que propicia um melhor acompanhamento do processo de interação para intervenções, quando necessário.
- d) Videoaulas que serão gravadas pelos docentes.

Portando, o AVA —possui diversas ferramentas de interação que podem ser utilizadas conforme a dinâmica de cada componente curricular.

Para o desenvolvimento do curso, a comunicação e troca de informações serão priorizadas plataformas virtuais que melhor possibilitem a interação via on-line, chats, recursos para publicação de textos e exercícios para os estudantes, bem como, webconferência para a comunicação entre docentes e estudantes, apresentação de trabalhos e desenvolvimento dos componentes curriculares. Diferentes meios didáticos poderão dar suporte a essa metodologia: microcomputador, TV, vídeo, data show, home theater, pen drive, lousa branca etc. Além disso, serão utilizados os e-mails, sempre que necessário.

O uso dos ambientes virtuais para divulgação e troca de informações, bem como a forma e as normas para o desenvolvimento das aulas virtuais e dos fóruns de discussões serão devidamente normatizados e planejados pelo Colegiado de Curso e divulgado junto aos estudantes no primeiro encontro do curso, de forma que cada docente ficará encarregado de acessar regularmente a plataforma. O(s) dia(s) da semana dedicado(s) ao acesso a plataforma virtual para publicar, alterar e/ou corrigir materiais e atividades serão divulgados pelo docente previamente em seu Plano de ensino do componente curricular. Esses momentos de interação virtual poderão possibilitar ao estudante uma experiência ampliada de participação, discussões e reflexões interdisciplinares sobre as temáticas educacionais.

9 ORGANIZAÇÃO CURRICULAR E CARGA HORÁRIA

O presente curso é constituído por uma carga horária total de 390 horas. Sua matriz curricular é dividida em três núcleos, quais sejam:

Núcleo Contextual: este núcleo possui um total de 60 horas, composto por um (1) componente curricular, a saber:

- **História, Legislação e Políticas da Educação Profissional e Tecnológica no Brasil.** Este componente curricular possui carga horária de 60 horas

Núcleo Estrutural: este núcleo possui um total de 210 horas, composto por três componentes curriculares, a saber:

- **Organização do Trabalho Pedagógico em Educação Profissional e Tecnológica.** Este componente curricular possui carga horária de 60 horas
- **Tecnologias Educacionais.** Este componente curricular possui carga horária de 60 horas.

- **Educação Especial e Educação Inclusiva** - Este componente curricular possui carga horária de 30 horas
- **Educação para as Relações Étnico-Raciais** - Este componente curricular possui carga horária de 30 horas
- **Educação de Jovens e Adultos**. Este componente curricular possui carga horária de 30 horas

Núcleo Integrador: este núcleo possui um total de 100 horas, é composto por um (1) componente curricular que perpassa todo o curso, a saber:

- **Projeto de Intervenção Pedagógica: prática docente em Educação Profissional e Tecnológica – articulações entre ensino, pesquisa e extensão.** Este componente curricular possui carga horária de 100 horas

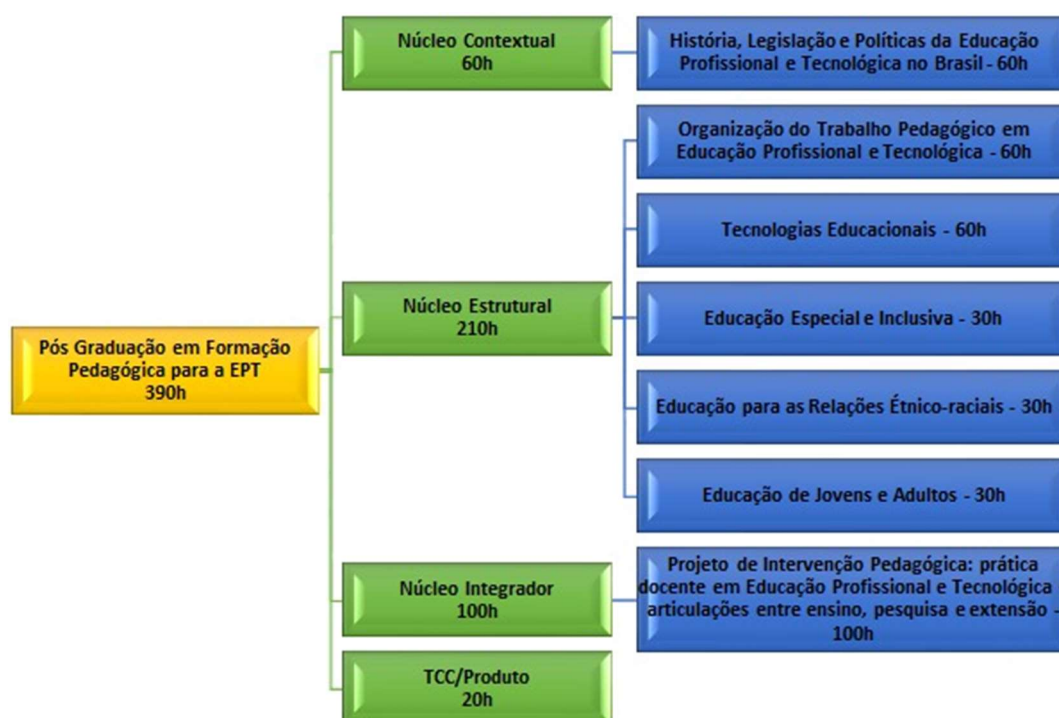
Desta forma, os três núcleos constituintes da Matriz Curricular perfazem um total de 370 horas. Acrescido a este total, 20 horas são destinadas à escrita e finalização do Trabalho de Conclusão de Curso, que é um Produto, resultado do componente curricular Projeto de Intervenção Pedagógica. Entende-se por produto trabalhos publicados em periódicos, produtos pedagógicos, eventos científicos da área, ou material depositado no repositório do IF Goiano, cujo tema ou temática deverá apresentar a construção, aplicação e resultados do projeto de intervenção pedagógica de forma detalhada. Sendo assim, a carga horária total do curso é de 390 horas.

A oferta do curso deverá ser formatada em módulos, ficando a organização da oferta dos componentes curriculares e o calendário acadêmico do curso sob a responsabilidade da coordenação do curso, que deverá, em consonância com o calendário acadêmico do IF Goiano, em acordo com os docentes e priorizando sempre a qualidade do curso, estabelecer a organização e ordem de oferta em cada módulo. Destaca-se que, o componente curricular Projeto de Intervenção Pedagógica perpassa todos os módulos, devido a sua carga horária e característica integradora.

A hora/aula foi definida em 60 minutos. Assim, a quantidade de aulas é a quantidade de horas constantes na matriz curricular abaixo:

Núcleos	Componentes Curriculares	Carga horária
Núcleo Contextual 60h	História, Legislação e Políticas da Educação Profissional e Tecnológica no Brasil	60h
Núcleo Estrutural 210h	Organização do Trabalho Pedagógico em Educação Profissional e Tecnológica	60h
	Tecnologias Educacionais	60h
	Educação Especial e Inclusiva	30h
	Educação para as Relações Étnico-raciais	30h
	Educação de Jovens e Adultos	30h
Núcleo Integrador 100h	Projeto de Intervenção Pedagógica: prática docente em Educação Profissional e Tecnológica – articulações entre ensino, pesquisa e extensão	100h
Trabalho de Conclusão de Curso		20h
Carga Horária Total do Curso		390h

Portanto, segue a estrutura do curso e matriz curricular:



10 PERÍODO DE INTEGRALIZAÇÃO: No mínimo 12 meses e no máximo 18 meses, com carga horária dividida em módulos.

11 PERIODICIDADE: Anual

12 NÚMERO DE VAGAS: Estabelecidas conforme edital específico.

13 REQUISITOS PARA O INGRESSO E INSCRIÇÃO: De acordo com as normas de ingresso regulamentadas por edital de seleção.

14 PERÍODO DE MATRÍCULA: as matrículas deverão ser realizadas de acordo com cronograma pré-estabelecido em edital de seleção.

15 COMPONENTES CURRICULARES E EMENTAS

COMPONENTE CURRICULAR:
CRÉDITO:
Projeto de intervenção pedagógica: prática docente em EPT- articulações entre ensino, pesquisa e extensão. 100h
EMENTA:
Projeto de intervenção pedagógica baseado nos fundamentos metodológicos da pesquisa em educação, elaborado a partir da problematização da realidade social, cultural e institucional dos estudantes, que contemple os elementos didático-pedagógicos trabalhados no curso, a ser desenvolvido por meio de atividades de ensino/pesquisa/extensão e orientado por um docente.
BIBLIOGRAFIA
Bibliografia básica: ANDRÉ, M.E.D.A. e LUDKE, M. <i>Pesquisa em Educação: Abordagens Qualitativas</i>. São Paulo. EPU, 1986. CHARLOT, B. <i>A pesquisa educacional entre conhecimentos, políticas e práticas: especificidades e desafios de uma área de saber</i>. Revista Brasileira de Educação v. 11 n. 31 jan./abr. 2006. DORE, Rosemary; Lüscher, Ana Zuleima. <i>Permanência e evasão na educação técnica de nível médio em Minas Gerais</i>. Cadernos de pesquisa, v. 41, n. 144, set./dez. 2011. GONÇALVES, N.G. <i>Indissociabilidade entre Ensino, Pesquisa e Extensão: um princípio necessário</i>. PERSPECTIVA, Florianópolis, v. 33, n. 3, p. 1229 - 1256,

set./dez. 2015.

PACHECO, Eliezer (Org.). In: Institutos Federais: uma revolução na educação profissional e tecnológica. Brasília: Fundação Santillana, 2011; São Paulo: Moderna, 2011.

Bibliografia complementar:

FRIGOTTO, G., CIAVATTA, M.; RAMOS, M. O trabalho como princípio educativo no projeto de educação integral de trabalhadores. In: COSTA, H.; CONCEIÇÃO, M. (Org.). *Educação integral e sistema de reconhecimento e certificação educacional e profissional*. São Paulo: CUT, 2005a. p. 19-62.

RAMOS, M. N. Possibilidades e desafios na organização do currículo integrado. In: FRIGOTTO, G. e CIAVATTA, M. (Org). *Ensino Médio Integrado: concepção e contradições*. São Paulo: Cortez, 2005.

SANTOMÉ, J. *Globalização e interdisciplinaridade: o currículo integrado*. Porto Alegre: Artes Médicas, 1998.

SEVERINO, A. J. *Metodologia do Trabalho Científico*. 22^a ed. São Paulo: Cortez, 2002.

GIL, A. C. *Como elaborar Projetos de Pesquisa*. 4^a ed. São Paulo: Atlas, 2002.

MACHADO, L. *O desafio da organização curricular do ensino: ensino médio e técnico com currículos integrados: propostas de ação didática*. In: BRASIL/MEC/Secretaria de Educação à Distância. *Ensino Médio integrado à Educação Profissional*. Boletim 07. maio/junho 2006.

SETEC. Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica. *Documento Orientador para a Superação da Evasão e Retenção na Rede Federal de Educação Profissional Científica e Tecnológica*. Brasília – DF: SETEC/MEC, 2014.

COMPONENTE CURRICULAR:

Tecnologias e Educação

60h

EMENTA:

Tecnologia como construção sociohistórica e relações com a educação. Políticas públicas educacionais e a inserção de tecnologias. Inclusão e exclusão digital. Trabalho pedagógico com tecnologias: gestão, planejamento e práticas pedagógicas. Ambientes virtuais de aprendizagem. Educação a distância.

BIBLIOGRAFIA:

Bibliografia básica:

CARLINI, Alda. TARCIA, Rita Maria. *20% a distância: e agora?* - orientações práticas para o uso de tecnologia de educação a distância. São Paulo: Pearson Education do Brasil, 2010.

ALONSO, K. M.; ROCHA, S. A. (Orgs.) *Políticas públicas, tecnologias e docência: educação a distância e a formação do professor*. Cuiabá: EdUFMT, 2013.

BONILLA, M. H. S.; PRETTO, N. L. *Inclusão digital: polêmica contemporânea*. Salvador: EDUFBA, 2011.

BRASIL. *Base Nacional Comum Curricular*. Brasília: Ministério da Educação - Secretaria de Educação Básica, 2018.

BRASIL. Decreto 9.057, de 25 de maio de 2017. *Regulamenta o art. 80 da Lei n. 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional*. Brasília, 2017.

BRASIL. Lei Federal 9.394, de 20 de dezembro de 1996. *Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional*. Brasília, 1996.

NEDER, Ricardo T. (Org.). *A teoria crítica de Andrew Feenberg: racionalização democrática, poder e tecnologia*. Brasília: Observatório do Movimento pela Tecnologia Social na América Latina / CDS / UnB / Capes, 2010.

SANCHO, J. M.; HERNANDEZ, F. (Orgs.). *Tecnologias para transformar a educação*. Trad. de Valério Campos. Porto Alegre: ARTMED, 2006.

TOSCHI, M. S. (Org.). *Docência nos ambientes virtuais de aprendizagem: múltiplas visões*. Anápolis: Ed. UEG, 2013.

Bibliografia Complementar:

MOODLE. MOODLE. Disponível em: <<https://moodle.org/>>. Acesso em: 12 jul. 2021.

VARGAS, *Para uma filosofia da tecnologia*. São Paulo: Alfa-Ômega, 1994.

ANTUNES, R. *O privilégio da servidão: o novo proletariado de serviços na era digital*. São Paulo: Boitempo, 2018.

BELLONI, M. L. *Educação a distância*. 7. ed. Campinas: Autores Associados, 2015.

ECHALAR, J. D.; PEIXOTO, J.; ALVES FILHO, M. A. (Orgs.). *Trajetórias: apropriação de tecnologias por professores da educação básica pública*. Ijuí: Ed. Unijuí, 2020.

FEENBERG, A. *Tecnologia, modernidade e democracia*. Tradução de Eduardo Beira. Portugal: MIT, 2015.

FERREIRA, G. M. S.; ROSADO, L. A. S.; CARVALHO, J. S. (Orgs.). *Educação e tecnologia: abordagens críticas*. Rio de Janeiro: SESES, 2017.

MILL, D. (Org.). *Dicionário crítico de educação e tecnologias e de educação a distância*. Campinas: Papirus, 2018.

PEREIRA, M. F. R.; MORAES, R. A.; TERUYA, T. K. (Orgs.). *Educação a distância (EaD): reflexões críticas e práticas*. Uberlândia: Navegando Publicações, 2017.

TAVARES, R. H.; GOMES, S. S. (Orgs.). *Sociedade, educação e redes: desafios à formação crítica*. 1. ed. Araraquara: Junqueira&Marin, 2014.

TOSCHI, M. S.; ANDERI, E. G. C. (Orgs.) *Inclusão digital e social: conhecimento e cidadania*. Anápolis: UEG, 2016

COMPONENTE CURRICULAR:

Organização do Trabalho Pedagógico em EPT
60h

EMENTA:

A construção curricular na EPT: concepções e conceitos de currículo na EPT; tendências curriculares na EPT; currículo na EPT e a BNCC; Currículo Integrado na EPT; integração e interdisciplinaridade na EPT. A construção curricular no IF Goiano: os desafios do currículo integrado no IF Goiano; análise das diretrizes e propostas curriculares no IF Goiano; matrizes curriculares e as resoluções vigentes no IF Goiano. Desenvolvimento humano e aprendizagem. Identidade e saberes da docência. Tendências pedagógicas. Prática docente na EPT. Planejamento, organização e avaliação da aprendizagem na EPT. Procedimentos e metodologias de ensino na EPT. A pesquisa como princípio educativo e como centralidade do processo de ensino-aprendizagem.

BIBLIOGRAFIA:

Bibliografia Básica

ARAÚJO, A. C.; SILVA, C. N. N. *Ensino Médio Integrado no Brasil: fundamentos, práticas e desafios*. Brasília. Ed. IFB, 2017.

ARAUJO, José Carlos Souza. *Fundamentos da metodologia de ensino ativa (1890-1931)*. Disponível em: <<http://www.anped.org.br/sites/default/files/trabalho-gt02-4216.pdf>> Acesso em: 02 de out. 2017.

DOURADO, L. F. Diretrizes curriculares Nacionais para a formação inicial e continuada dos profissionais do magistério da educação básica: concepções e desafios. *Revista Educação e Sociedade*. Campinas, v. 36, nº 131, abr./jun., 2015. p.299-324.

- FREIRE, P. *Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa*. 41 e. São Paulo: Paz e Terra, 2010.
- FRIGOTTO, G., CIAVATTA, M.; RAMOS, M. O trabalho como princípio educativo no projeto de educação integral de trabalhadores. In: COSTA, H.; CONCEIÇÃO, M. (Org.). *Educação integral e sistema de reconhecimento e certificação educacional e profissional*. São Paulo: CUT, 2005a. p. 19-62.
- LIBÂNEO, J. C. *Didática*. 2 ed. São Paulo: Cortez, 2013.
- LIBÂNEO, J. C. *Didática e trabalho docente: a mediação didática do professor nas aulas*. Disponível em: <<http://professor.pucgoias.edu.br/SiteDocente/home/disciplina.asp?key=5146&id=3552>> (acesso em 14.01.2016).
- LIBÂNEO, J. C. *Organização e gestão da escola: teoria e prática*. 5. ed. Revisa e ampliada. Goiânia: MF Livros, 2008.
- LIMA, L. L. *A escola com organização educativa: uma abordagem sociológica*. 4ª ed. São Paulo: Cortez, 2011.
- LUCKESI, Cipriano Carlos. *Avaliação da aprendizagem: componente do ato pedagógico*. São Paulo: Cortez, 2011.
- MASETTO, *Trilhas abertas na universidade: Inovação Curricular, Práticas Pedagógicas e Formação de Professores*. São Paulo: Sumus Editorial, 2018.
- MASSETO, M. T. *Competência pedagógica do professor universitário*. São Paulo: Summus, 2003.
- MORAN, José. Educação transformadora. Metodologias Ativas. http://www2.eca.usp.br/moran/?page_id=29
- PACHECO, E. *Fundamentos político-pedagógicos dos institutos federais: diretrizes para uma educação profissional e tecnológica transformadora*. Natal : IFRN, 2015.
- PANIAGO, N. Rosenilde. *Os professores, seu saber e o seu fazer: elementos para uma reflexão sobre a prática docente*. Paraná: editora Appris, 2017.
- RAMOS, M. N. Possibilidades e desafios na organização do currículo integrado. In: FRIGOTTO, G e CIAVATTA, M (Org). *Ensino Médio Integrado: concepção e contradições*. São Paulo: Cortez, 2005. SANTOMÉ, J. Globalização e interdisciplinaridade: o currículo integrado. Porto Alegre: Artes Médicas, 1998.
- TARDIF, Maurice. Saberes profissionais dos professores e conhecimentos universitários. Elementos para uma epistemologia da prática profissional dos professores e suas consequências em relação à formação para o magistério. *Revista Brasileira de Educação*, 2000.m.13, p.5-23.

Bibliografia Complementar

BOSSA, N. A. Fracasso escolar: um olhar psicopedagógico. São Paulo: Artmed, 2001.

CIAVATTA, M. Formação integrada: a escola e o trabalho como lugares de memória e identidade. In: FRIGOTTO, G.; CIAVATTA, M.; RAMOS, M. (Org.). Ensino médio integrado: concepção e contradições. São Paulo: Cortez, 2005. p. 83-105.

CIAVATTA, M. Formação integrada: a escola e o trabalho como lugares de memória e identidade. In: FRIGOTTO, G.; CIAVATTA, M.; RAMOS, M. (Org.). *Ensino médio integrado: concepção e contradições*. São Paulo: Cortez, 2005. p. 83-105.

FRIGOTTO, G. Concepções e mudanças no mundo do trabalho e o ensino médio. In: FRIGOTTO, G.; CIAVATTA, M.; RAMOS, M. (Org.). *Ensino médio integrado: concepção e contradições*. São Paulo: Cortez, 2005. p. 57-82.

LIBÂNEO. Ensinar e aprender, aprender e ensinar: o lugar da teoria e da prática em didática. In: LIBÂNEO, J. C.; ALVEZ, N. *Temas de Pedagogia – diálogos entre didática e currículo*. São Paulo: Cortez. 2012, p. p. 35-60.

RAMOS, M. N. Concepção do Ensino Médio Integrado à Educação Profissional. In: Secretaria de Estado da Educação do Paraná. (Org.). *O ensino médio integrado a educação profissional: concepções e construções a partir da implantação na rede pública do Paraná*. 1ed. Curitiba: SEED-PR, 2009, v. 1, p. 23-37.

SILVA, Tomás Tadeu da. Documentos de Identidade: Uma introdução às teorias do currículo. Belo Horizonte: Autêntica, 2001. SACRISTÁN, J. G. *O currículo: uma reflexão sobre a prática*. Porto Alegre: Artmed, 2000.

COMPONENTE CURRICULAR:

História, legislação e políticas da EPT no Brasil

60h

EMENTA:

História, Políticas e Legislação da EPT no Brasil. Concepções e bases conceituais. Análise de políticas em educação profissional. Produção histórica das políticas e bases legais da Educação Profissional. Conhecendo o IF Goiano -Composição e Estrutura

BIBLIOGRAFIA:**Bibliografia básica:**

BARBOSA ,S.S.S.;FREIRE,E; *Educação Profissional e Tecnológica: Perspectivas e*

Experiências.Orgs.2015

FRIGOTTO, G.; CIAVATTA, M.; RAMOS, M. (orgs.). *Ensino médio integrado: concepção e contradições*. São Paulo: Editora Cortez, 2005.

GARCIA, J. C. *O Ensino Médio Integrado no Instituto Federal Goiano: a percepção de professores sobre os desafios e possibilidades para a consolidação da formação humana integral*. Tese de doutorado - Pontifícia Universidade Católica de Goiás, Programa de Pós-Graduação Stricto Sensu em Educação, Goiânia, 2017

GONÇALVES, L. A. *Currículo e políticas públicas*. Belo Horizonte: Autêntica, 2003.

KUENZER, Acácia. *O ensino médio e profissional: as políticas do estado neoliberal*. São Paulo: Cortez, 2001.

KUENZER, Acácia. *Ensino de 2º grau: o trabalho como princípio educativo*. São Paulo: Cortez, 1988.

Lei Nº 9.394, de 23 de dezembro de 1996, que fixa as *Diretrizes e Bases da Educação Nacional*. Brasília: MEC, 1993.

MANFREDI, Silvia Maria. *Educação Profissional no Brasil*. São Paulo: Cortez, 2002.

MANFREDI, Silvia Maria. *Educação Profissional no Brasil: Atores e Cenários ao Longo da História*,Paco Editorial 2016

MOLL, J. et. al. *Educação profissional e Tecnológica no Brasil contemporâneo: desafios, tensões e possibilidades*. Porto Alegre: Artmed, 2009.

Oliveira, M.A.M. *Educação profissional brasileira: Da colônia ao PNE 2014-2024*. Editora Vozes.2016

PACHECO, Eliezer (org.). *Perspectivas da educação profissional técnica de nível médio: proposta de diretrizes curriculares nacionais*. São Paulo: Editora Moderna, 2012.

PERONI, Vera Maria Vidal. *Políticas públicas e gestão da Educação em tempos de redefinições no papel do Estado*. Disponível em: Acesso em: 22. fev.2011.

SANCHEZ, S.B. *Ensino e Pesquisa em Escolas Agrícolas*. Dissertação Mestrado. UFRRJ Seropédica-RJ, 106p.

SAVIANE, D. *A nova lei a Educação: Trajetória, Limite e Perspectivas*. 3 ed. Campinas, SP: Autores associados, 1997 242p.

SOUZA, E.C.L. e CASTIONI,R. (org.). *Institutos Federais: os desafios da institucionalização* – Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2012, 224 p.

Bibliografia complementar:

CUNHA, Luiz Antônio. *O ensino profissional na irradiação do industrialismo*. São Paulo: Editora Unesp, 2005.

ENGUITA, Mariano Fernandez. *A face oculta da escola: educação e trabalho no capitalismo*. Porto Alegre: Artes Médicas, 1989.

FREITAG, Barbara. *Escola Estado e Sociedade*. São Paulo: Centauro, 2005.

RODRIGUES, José. A educação politécnica no Brasil. Niterói: EdUFF, 1998.

RODRIGUES, José. *Quarenta anos adiantes: breves anotações a respeito do novo decreto de educação profissional*. Trabalho Necessário, Revista Eletrônica do NEDDATE-UFF, n. 03, 2005. Disponível em <<http://www.uff.br/trabalhonecessario/JoseRodriguesTN3.htm>>.

ROMANELLI, Otaíza Oliveira. *História da educação no Brasil*. 10ª edição. Petrópolis/RJ: Editora Vozes, 1978.

SAVIANI, Dermeval. *Sobre a concepção de politécnica*. Rio de Janeiro: Fiocruz, 1989.

SAVIANI, Dermeval. *Trabalho e educação: fundamentos ontológicos e históricos*. Revista Brasileira de Educação. vol. 12, n. 34, p. 152-180, jan/abril de 2007.

SAVIANI, Dermeval. *História das ideias pedagógicas no Brasil*. Campinas, SP: Autores e Associados, 2010.

BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica. Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Goiano. Plano de Desenvolvimento Institucional: PDI 2019 a 2023, Goiânia, 2018.

COMPONENTE CURRICULAR:

Educação Especial e Educação Inclusiva - 30h

EMENTA:

Conceitos e paradigmas históricos da Educação Especial e das propostas de Educação Inclusiva: Políticas Públicas de Educação no cenário internacional e nacional. A educação especial, o ensino regular e o atendimento educacional especializado a partir da política nacional de educação inclusiva e os projetos políticos pedagógicos. Sujeitos com história de deficiência na educação básica: questões de currículo e gestão escolar. Processos educativos na escola de educação inclusiva: experiências em âmbito escolar e não-escolar. Fundamentos e recursos pedagógicos para inclusão: acessibilidade, tecnologia assistiva, desenho universal.

BIBLIOGRAFIA

Bibliografia Básica:

BERSCH, Rita. *Introdução à Tecnologia Assistiva*. Porto Alegre: CEDI, 2008.

Disponível em: http://200.145.183.230/TA/4ed/material_apoio/modulo2/M2S1A5_introducao_TA_Rita_Bersch.pdf. Acesso em 02 de julho de 2021.

BRASIL. Decreto nº 3.956/01. Convenção Interamericana para a Eliminação de Todas as Formas de discriminação contra as Pessoas Portadoras de Deficiência, Brasília, DF, 2001.

_____. Política de Educação Especial na perspectiva da Educação Inclusiva. Disponível em <http://portal.mec.gov.br/arquivos/pdf/politicaeduc ESPECIAL.pdf>. Ministério da Educação/ Secretaria de Educação Especial. 2007. Acesso em 02 de julho de 2021

_____. A Convenção sobre Direitos das pessoas com Deficiência. Brasília: CORDE/Secretaria de Direitos Humanos, 2010.

_____. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Especial. Marcos Político-Legais da Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva / Secretaria de Educação Especial. - Brasília : Secretaria de Educação Especial, - 2010.

CAPELLINI, V.L.M.F. e RODRIGUES, O.M.P.R.(org.). *Recursos e estratégias pedagógicas que favorecem a inclusão* – Bauru: UNESP/FC, 2012. (Coleção: Práticas educacionais inclusivas). 166 p. v. 5.

DRAGO, Rogério. Inclusão na Educação Infantil. Rio de Janeiro: Wak Editora, 2011.

_____. Síndromes: conhecer planejar e incluir. Rio de Janeiro: Wak Editora, 2012.

GLAT, Rosana; PLETSCHE, Marcia Denise. Inclusão Escolar de alunos com necessidades especiais. Rio de Janeiro: EdUERJ, 2011.

MANTOAN, Maria Teresa; SANTOS, Maria Terezinha Teixeira. Atendimento Educacional Especializado: Políticas Públicas e Gestão nos municípios. São Paulo: Editora Moderna, 2011.

MAZZOTA, M.J.S. A educação especial no Brasil: história e políticas públicas. São Paulo: Cortez, 1996.

MENDES, Geovana M. Lunardi, BUENO, José Geraldo Silveira, SANTOS, Roseli Albino. Deficiência e escolarização: novas perspectivas de análise. São Paulo: Junqueira Marin, 2008.

NUERNBERG, A. H. Contribuições de Vigotski para educação de pessoas com deficiência visual. Psicologia em Estudo, v. 13, n. 2., 2008. p. 307-316.

PADILHA, Ana Maria L. Práticas Pedagógicas na Educação Especial. São Paulo: FAPESP, 2001.

PACHECO, José [etal.]. Caminhos para a inclusão: um guia para o aprimoramento da equipe escolar. Porto Alegre: Artmed, 2007.

PLETSCH, Márcia Denise. Repensando a inclusão escolar: diretrizes políticas, práticas curriculares e deficiência intelectual. Rio de Janeiro: Nau, 2010.

RODRIGUES, David. Inclusão e Educação: doze olhares sobre a educação inclusiva. São Paulo: Summus, 2006.

2. Bibliografia Complementar

AMARAL, Lígia. Sobre crocodilos e avestruzes: falando de diferenças físicas, preconceitos e sua superação. In: AQUINO, Júlio G. (Org.). Diferenças e preconceitos. São Paulo: Summus, 1998.

BOCK, Geisa. Caderno Pedagógico de Educação Inclusiva. Florianópolis, CEAD/UDESC/UAB, 2012.

BRASIL. *Ministério da Educação. Secretaria da Educação Especial. Política Nacional de Educação Especial, na perspectiva da Educação Inclusiva.* Brasília: MEC/SEESP, 2008.

_____. LEI Nº 13.146, DE 6 DE JULHO DE 2015. *Dispõe sobre a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência.* Disponível em: < http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2015-2018/2015/Lei/L13146.htm > . Acesso em: 02 jul. 2021.

_____. *Diretrizes nacionais para a educação especial na educação básica.* Brasília. MEC/CNE/ CEB, 2001.

_____. Lei Nº 9.394, de 23 de dezembro de 1996, que fixa as *Diretrizes e Bases da Educação Nacional*. Brasília: MEC, 1993

COLL, C.; PALACIOS, J. MARCHESI, A. Desenvolvimento psicológico e educação: necessidades educativas especiais e aprendizagem escolar. Tradução por Marcos A. G. Domingues. Porto Alegre: Artes Médicas, 1995 v.3

FIGUEIREDO, Rita Vieira de (Org.). Escola, Diferença e Inclusão. Fortaleza: Edições UFC, 2010.

ROPOLI, Edilene Aparecida et al. A Educação Especial na Perspectiva da Inclusão Escolar: a escola comum inclusiva. Brasília: MEC/SEESP, 2010.

VYGOTSKY, Lev S. A formação social da mente. São Paulo: Martins Fontes, 1991.

SILVA, S.; VIZIM, M. Educação Especial: múltiplas leituras e diferentes significados. Campinas: mercados das letras, 2001.

COMPONENTE CURRICULAR:

Educação para as Relações Étnico-raciais - 30h
--

EMENTA:

Educação para as Relações Étnico-raciais. As desigualdades étnico-raciais no contexto brasileiro e seu impacto no ambiente escolar. As políticas públicas educacionais e a diversidade étnico-racial. Propostas pedagógicas antirracistas no contexto das práticas educativas.

BIBLIOGRAFIA**Bibliografia básica:**

BEZERRA, Maria do Socorro Felix. Educação escolar indígena no Tocantins: Apontamentos Reflexivos. Revista Humanidades e Inovação. Unitins. Tocantins. 2020.

GOMES, N. L. Um olhar além das fronteiras: educação e relações raciais. Belo Horizonte: Autêntica. 2017.

GONÇALVES, L. D. Educação para as relações étnico-raciais e combate ao racismo: imagens de livros didáticos (Portugal e Brasil). Política & Trabalho, v. 1, p. 51-70, 2016.

RIBEIRO, C. M.; PEREIRA, M. C. Educação e Relações Raciais: diálogos, silêncios e ações. Goiânia: Cegraf, 2015.

MUNANGA, K. Rediscutindo a mestiçagem no Brasil: identidade nacional versus identidade negra. Petrópolis, RJ: Vozes, 1999.

_____. (Org). Superando o racismo na escola. Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade, 2005.

NORONHA, F. D. A. A Educação para as relações étnico-raciais em escolas da Rede Municipal de Educação de Goiânia. 2014. 200 p. Dissertação (Mestrado em Educação) - Universidade Federal de Goiás, Faculdade de Educação. Goiânia, 2014.

SCHWARCZ, L. M. Nem preto nem branco, muito pelo contrário. Cor e raça na sociedade brasileira. São Paulo: Claro Enigma, 2012.

SANTOS, Sales Augusto dos. (2010). Universidades públicas, sistema de cotas para os estudantes negros e disputas acadêmico-políticas no Brasil contemporâneo. Revista de Ciências Sociais – Política & Trabalho, João Pessoa, n. 3, p. 49-73, out. 2010

SILVÉRIO, V. R. Relações étnico-raciais e educação: Entre a política de satisfação de necessidades e a política de transfiguração. Revista Eletrônica de Educação, v. 9, p. 35-66, 2015.

THEODORO, M. Relações raciais, racismo e políticas públicas no Brasil

contemporâneo. **Revista de Estudos e Pesquisas sobre as Américas**, v. 8. n. 01, p. 205-219, 2014.

COMPONENTE CURRICULAR:
EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS - 30h
EMENTA:

Contextualização histórica da EJA no Brasil. A EJA no contexto da educação popular. Paulo Freire e a EJA. A EJA na Rede Federal de Educação. O Proeja e sua Base legal, objetivos, público-alvo (possibilidades de oferta e seleção). Currículo integrado e EJA. A EJA na atualidade. Certificação de competências na EJA.

Criação e contextualização do Proeja. Objetivos e redes de oferta. Diferenças entre Proeja-FIC e Proeja Técnico, regulamentações e suas respectivas cargas horárias (Proeja-FIC Fundamental (1200h), Proeja-FIC Médio (1200h), Ensino Médio com Educação Profissional e Técnica (2400h). O Proeja na Rede Federal. O Proeja e a Assistência Estudantil. Certificação de competências profissionais.

BIBLIOGRAFIA:
Bibliografia básica:

BRASIL. Presidência da República. Casa Civil. Subchefia para Assuntos Jurídicos. Decreto 5.840/2006. Institui, no âmbito federal, o *Programa Nacional de Integração da Educação Profissional com a Educação Básica na Modalidade de Educação de Jovens e Adultos - PROEJA*, e dá outras providências. Brasília: Presidência da República, 2006.

BRASIL. Presidência da República. Casa Civil. Subchefia para Assuntos Jurídicos. Decreto 2.208/1997. Regulamenta o § 2º do art. 36 e os arts. 39 a 42 da Lei 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Brasília: Presidência da República, 1997.

BRASIL. Presidência da República. Casa Civil. Subchefia para Assuntos Jurídicos. Decreto 5.154/2004. Regulamenta o § 2º do art. 36 e os arts. 39 a 42 da Lei 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, e dá outras providências. Brasília: Presidência da República, 2004.

MACHADO. M.M. e RODRIGUES, M.E.C. (org.). *Educação de trabalhadores: políticas e projetos em disputa* – Campinas São Paulo: Mercado de Letras, 2011, 351 p.

PROEJA - Programa Nacional de Integração da Educação Profissional com a

Educação Básica na Modalidade de Educação de Jovens e Adultos. Educação Profissional Técnica de Nível Médio / Ensino Médio. Documento Base. Brasília: MEC, 2007.

SOUZA, E.C.L. e CASTIONI, R. (org.). *Institutos Federais: os desafios da institucionalização* – Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2012, 224 p.

Bibliografia complementar:

FRIGOTTO, G.; CIAVATTA, M.; RAMOS, M. *A política de educação profissional no governo Lula: um percurso histórico controvertido*. Educ. Soc., v. 26, n. 92, p. 1087-1113, Especial, 2005.

MACHADO, M.M. e RODRIGUES, M.E.C. (org.). *A formação integrada do trabalhador: desafios de um campo em construção* - São Paulo: Xamã, 2010, 190 p.

MOURA, D. H. O PROEJA e a Rede Federal de Educação Profissional e Tecnológica. Natal: Mimeo, 2006. (Este texto foi publicado em setembro de 2006 no Boletim 13 do Programa Salto para o Futuro da TV escola referente a uma série sobre o PROEJA que foi ao ar de 18 a 22/09/2006).

RODRIGUES, M. E. C.; GARCIA, L. T. *O Proeja no ensino médio em Goiás: as dificuldades do programa*. Revista Retratos da Escola, v. 5, n. 8, p. 157-168, 2011.

RODRIGUES, M. E. C.; VITORETTE, J. M. B. *Proeja dos Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia do Estado de Goiás: práticas pedagógicas e formação continuada de professores*. Educativa, v. 17, n. 1, p. 253-282, 2014.

16 QUADRO DOCENTE E QUADRO DE APOIO TÉCNICO PEDAGÓGICO

O corpo docente e o quadro de apoio técnico pedagógico será composto por servidores do quadro permanente do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Goiano, via edital de seleção ou a convite, do **CERFOR**, desde que preencham os pré-requisitos relacionados no edital, quando for o caso e do Regulamento Geral de Pós-Graduação *Lato Sensu* do IF Goiano. No caso dos docentes, ressalta-se que é necessário possuir a titulação mínima de mestrado. Além disso, o curso poderá contar com colaboradores de instituições de ensino externas para auxiliar em um determinado conteúdo curricular, a convite dos responsáveis pela oferta do curso da Pós-Graduação em Formação Pedagógica. Fica discricionário no âmbito desse projeto elencado que, o colegiado tem liberdade de buscar parcerias em órgãos ou instituições afins para contribuir com a proposta pedagógica do curso.

17 COLEGIADO DE CURSO

O colegiado do curso será constituído em conformidade com o Regulamento Geral de Pós-Graduação *Lato Sensu* do IF Goiano.

18 METODOLOGIA DE ENSINO

A metodologia de ensino do curso se sustenta na interação entre os agentes envolvidos no processo de construção de conhecimento, tendo em vista que o ensino-aprendizagem decorre de uma perspectiva de autonomia do estudante frente aos conteúdos tratados no decorrer das atividades. Somado a isso, compreendemos que este projeto, por se configurar como um curso de formação pedagógica, deve ter como princípio a concepção de metodologias ativas em que, no processo de ensino-aprendizagem, o estudante é colocado como protagonista e o professor assume um papel de suporte, de forma a estimular sua autonomia e sua capacidade de construir o próprio conhecimento. Nesse sentido, o professor é o responsável por direcionar o percurso do estudante, permitindo que ele faça descobertas que colaborem para sua formação, o que contribui para o compartilhamento dos conhecimentos e vivências sobre o trabalho docente. Os recursos metodológicos que poderão ser utilizados pelos docentes serão: aulas expositivas dialógicas, seminários, trabalhos em grupo, projetos de pesquisa, atividades práticas, entre outros. Também estão previstos momentos síncronos e assíncronos que serão indicados pelos docentes em seus Planos de Ensino.

19 INFRAESTRUTURA

O IF Goiano conta com um Ambiente Virtual de Aprendizagem institucional prático configurado pelo **CERFOR**, que conta com dois estúdios de gravação de material audiovisual educativo com câmeras de filmagem, tripés, lousas digitais, iluminação apropriada e demais equipamentos necessários para a gravação de vídeos de qualidade. Há também uma ilha de edição de material equipada para a produção e finalização das produções audiovisuais.

Caso haja momentos presenciais, previstos no edital de seleção para estudantes, os encontros poderão ser realizados em uma das unidades do IF Goiano, onde serão disponibilizados: sala de aula, auditório, laboratório de informática e outros ambientes necessários.

20 CRITÉRIOS DE SELEÇÃO

21.1 Pré-requisito: Graduação em qualquer área de conhecimento.

21.2 Seleção: Os critérios de seleção para cada turma deverão ser estabelecidos e divulgados no edital de seleção de estudantes.

21 FREQUÊNCIA E SISTEMA DE AVALIAÇÃO

A avaliação dos estudantes será realizada como parte integrante do processo educativo, considerando suas dimensões diagnóstica, processual e somativa. Assim, acontecerá ao longo do curso, de modo a permitir ação-reflexão-ação durante o processo de ensino-aprendizagem e de apropriação do conhecimento.

O docente de cada componente curricular deverá utilizar no mínimo três e no máximo 10 instrumentos de avaliação, sendo que a soma deverá ser igual a 10 pontos no total. Então, a nota do componente curricular será composta pela soma dos valores do instrumentos avaliativos.

Para compor a "**Nota**" de cada componente curricular, o professor deverá considerar a carga horária e o conteúdo do componente curricular. São exemplos de atividades avaliativas: participação em fórum, questionário, seminário, projeto, resumo, resenha, *paper*, entre outros. Essas atividades, poderão ser realizadas no AVA e/ou no encontro presencial (quando houver), a critério do professor.

Regra da nota final de cada ~~de~~ componente curricular:

Soma das notas dos instrumentos avaliativos = mínimo 6,0 para aprovação

O resultado final da nota de cada componente curricular deverá ser expresso em uma escala de zero (0) a dez (10), com uma casa decimal, de forma que, para aprovação o estudante deverá ter um aproveitamento de no mínimo 60%. O estudante deverá ter ~~e~~ participação nas aulas e, quando houver, nas aulas presenciais, será exigida uma frequência mínima de 75%.

22 TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO

O Trabalho Final de Curso (TCC) é o produto, resultado da elaboração do projeto de intervenção pedagógica, que deverá contemplar os elementos didáticos pedagógicos trabalhados durante o curso. O tipo de produto a ser elaborado deverá

estar de acordo com as orientações e normas estabelecidas e apresentadas no componente curricular “Projetos de Intervenção Pedagógica: Prática docente em EPT-articulações entre ensino, pesquisa e extensão”.

O TCC deverá ser apresentado oralmente a uma banca de defesa, de acordo com as normas estabelecidas no regulamento da Pós Graduação *Lato Sensu* para conclusão do curso.

A elaboração deverá partir de um planejamento da prática de ensino, centrado nos problemas concretos enfrentados pelos estudantes, podendo contar com a participação articulada entre os docentes dos vários componentes curriculares, com os técnicos administrativos e com a coordenação do curso, de forma que integre o ensino, pesquisa e extensão.

O TCC deverá obedecer ao cronograma de proposição, execução e apresentação de seus resultados do curso de Especialização, sendo atribuído uma nota final 0 (zero) a 10 (dez). Será considerado aprovado o estudante que obtiver nota igual ou superior a 6,0 (seis). Após a banca de defesa, caso algum TCC tenha sido elaborado e apresentado fora das exigências do curso, será devolvido para possíveis correções, as quais deverão ser realizadas no prazo máximo de 30 dias contados a partir da data da apreciação.

23 CERTIFICAÇÃO

Será emitido o certificado de conclusão do curso de Pós-Graduação *Lato Sensu* Especialização em Formação Pedagógica ao estudante que obtiver aproveitamento satisfatório nos componentes curriculares e na escrita e defesa do TCC, de forma alcance nota mínima de 60% em ambos. Além disso, quando houver aulas presenciais, os estudante deverá ter uma frequência igual ou superior a 75%.

No caso do estudante docente, que atenda aos quesitos dos termos do inciso I, § 2º do artigo 53 da Resolução CNE/CEB nº 1, de 05 de janeiro de 2021, a certificação poderá equivaler à Formação Inicial para a Docência na Educação Técnica e Profissional de Nível Médio.

A coordenação do curso será responsável pela preparação da documentação comprobatória para análise junto ao corpo docente e técnico-administrativo do curso para fins de certificação. O estudante só receberá a certificação após concluir todas os componentes curriculares e ter aprovação no TCC por uma Banca Examinadora e demais exigências previstas em Regimento Interno de cada curso, nos termos da

24 INDICADORES DE DESEMPENHO

A Coordenação do Curso, em caráter preventivo analisará continuamente a participação dos estudantes para identificar os faltosos, com o objetivo de evitar a evasão e tomar as medidas cabíveis